

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **RETIFICADO**

#### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O número de pessoas que sofrem de transtornos de ansiedade teve um aumento de cerca de 15% desde 2005 segundo a OMS. As técnicas de Reiki e Reflexoterapia associadas trazem ao ser o que a OMS define como saúde: “um estado de completo bem estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Devido a alta prevalência da ansiedade o custo do seu tratamento quando comparado a outros transtornos pode ser mais elevado, podendo levar a ausências no trabalho e na escola. Essas técnicas auxiliam no controle da ansiedade, com isso melhorando relaxamento físico e qualidade do sono

#### **2. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual do Município, considerando que esse planejamento ainda não foi implantado no município.

#### **3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica obrigatoriamente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para prestação de serviço;

Comprovação de conclusão da especialidade em Reike e da Reflexologia.

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- III. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- IV. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato;

#### **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações do edital e do presente contrato,

bem como nos termos da sua proposta;

II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRA deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VI. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VII. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato;

VIII. A contratada deverá realizar 10 atendimentos semanais no município de Bom Jardim de Minas;

## **6. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO**

6.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei as 14.133/2021, seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.3 As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
001	ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS DE REIKI E REFLEXOTERAPIA 10 ATENDIMENTOS SEMANAIS	MENSAL	12 MESES

## 8. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

A Secretária de Saúde definiu que o credenciamento seria a melhor alternativa no momento para solucionar a necessidade de fisioterapeuta especialista em reiki e reflexoterapia.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor mensal de R\$ 2.800,00 e valor total de **R\$ 33.600,00.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS DE REIKI E REFLEXOTERAPIA 10 ATENDIMENTOS SEMANAIS	MESES	12	R\$ 2.800,00	R\$33.600,00

## 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1 A solução proposta é o credenciamento de fisioterapeuta especializado em reflexoterapia e reiki, para atender a demanda da população do município de Bom Jardim de Minas/MG, promovendo melhoria de qualidade de vida, saúde física e emocional dos participantes.

10.2 A Contratada fica obrigada a manter o atendimento de 10 sessões semanais durante 40 minutos de forma individual, exigida neste Termo por no mínimo 12 (doze) meses, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis,

10.3 A empresa licitada deverá disponibilizar um fisioterapeuta especializado em reiki e reflexoterapia para realizar os atendimentos aos usuários;

- a) Os atendimentos serão individuais e terão duração de 40 min
- b) As sessões serão realizadas em espaço privado (limpo e arejado) adequado a prática.
- c) Público alvo: Jovens e adultos acima de 15 anos.
- d) Os pacientes a serem tratados podem ser encaminhados através dos profissionais atuantes no PSF bem com médicos, psicológicos e enfermeiros.

## 11. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

11.1 O período de adaptação será observado pelos profissionais do Município, os quais farão a reavaliação até que o paciente esteja na condição de alta.

11.2 A empresa prestadora dos serviços ficará responsável pelo atendimento em local determinado pelo Município, que terá local para os atendimentos.

11.3 Casos de desistência/falecimento de usuários deve-se chamar o próximo da fila, conforme Regulação Municipal.

11.4 Os serviços deverão atender as especificações técnicas contidas neste Estudo Técnico Preliminar e posterior Termo de Referência, inclusive no que diz respeito à qualidade do material e do atendimento da prestadora dos serviços.

11.5 Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com aluguéis, embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

11.6 O(s) serviço(s) fornecido(s) estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento e uso.

11.7 No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, o fornecedor deverá providenciar a substituição do(s) serviço(s), contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

11.8 Independentemente da aceitação, a empresa credenciada garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

11.9 Os serviços serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos e alta clínica do paciente;

11.10 O fornecedor convocado a fazer a manutenção ou revisão nos serviços prestados e não o fizer, na forma do subitem anterior, que não o fizer dentro do prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas, estará sujeito às sanções previstas.

11.11 Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

11.12 O Município de Bom Jardim de Minas/MG poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

11.13 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

## **12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

12.1 Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação

da competitividade sem perda da economia de escala.

12.2 Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

### **13. RESULTADOS PRETENDIDOS**

13.1 Referida contratação visa proporcionar o relaxamento e transformação emocional, trazendo com isso benefícios mentais, físicos e emocionais, consequentemente, melhorando a qualidade de vida e saúde física e emocional dos participantes.

Bom Jardim de Minas/MG, 26 de fevereiro de 2025.

Eliana Maria Nunes  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula 3082